

Indústria

Indústria: sinalização de mais uma década perdida?*

Áurea Correa de Miranda Breitbach**

Economista da FEE

Clarisse Chiappini Castilhos**

Economista da FEE

Introdução

Os resultados do primeiro trimestre de 2006 trouxeram a expectativa de um crescimento mais acelerado da indústria e da economia brasileiras. O mercado mundial mostrou-se favorável à expansão das exportações e dos investimentos por conta do aquecimento da economia mundial, da liquidez internacional e da insaciável procura por insumos por parte da economia chinesa. Entretanto a política macroeconômica brasileira manteve sua ortodoxia de juros altos e câmbio valorizado. É bem verdade que os juros caíram ao longo do ano, favorecendo o desempenho das vendas a crédito, porém isso não foi suficiente para proporcionar a retomada do crescimento industrial e para estimular novos investimentos produtivos. Assim, o pífio desempenho industrial deu-se com base na utilização da capacidade ociosa já instalada, conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (Seqüência..., 2007, p. 1), sem que se observassem expansões ou instalação de novas plantas industriais.

Embora a hipótese de uma retomada inflacionária não se tenha manifestado concretamente (Paulani, 2003), a meta de controle da inflação continuou predominando sobre as demais, inibindo a expansão da economia (Castilhos, 2005). Ademais, a dupla estratégia de, por um lado, ampliar as quantidades exportadas independentemente do valor agregado e, por outro, atrair investimentos diretos do exterior, juntamente com a política macroeconômica em vigor, são fatores que induziram a substituição gradativa — na pauta de exportações — de bens de maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico, por produtos de menor valor

agregado. Dessa forma, a modernização e o suprimento do parque industrial brasileiro vêm-se fazendo através da importação de insumos para a indústria em geral e de componentes para a produção de bens de capital. Em consequência, as divisas obtidas no mercado internacional têm pouca repercussão sobre a demanda interna e sobre os investimentos produtivos.

Segundo Laplane e Sarti (2006, p. 278), o saldo comercial entre 1999 e 2005 é crescente para as *commodities* primárias, para os produtos intensivos em recursos naturais e para os manufaturados de baixa e média intensidades tecnológicas. Já para os produtos de alta intensidade tecnológica, esse saldo tem uma trajetória deficitária e crescente (US\$ -11.532 milhões em 2005).

De modo geral, o fato que vem chamando a atenção dos analistas é o fraco desempenho da economia brasileira, a despeito do cenário mundial favorável ao crescimento dos países emergentes. Os indicadores econômicos revelam que o Brasil vem crescendo em proporção muito inferior aos demais países do BRIC — Brasil, Rússia, Índia e China — e também em comparação a outros países da Ásia e da América Latina. Segundo dados do FMI e do Banco Mundial, entre 1999 e 2005, o Brasil foi um dos que apresentou menor crescimento do PIB. Em 2005, último ano disponível, a China obteve uma taxa de crescimento real de 9,9%; a Índia, de 8,3%; a Coreia do Sul, de 4,0%; o Chile, de 6,3%; e a Argentina, de 9,3%; enquanto o Brasil alcançou apenas 2,3% (Biancarelli, 2006, p. 88). As projeções para o ano de 2006 não são diferentes: o crescimento do PIB brasileiro, segundo o IBGE, não deve ultrapassar 2,8%, enquanto alguns dos países já citados efetuam projeções muito superiores (a China, acima de 10%; e a Índia, cerca de 9%).

Essas comparações internacionais não significam uma defesa do tipo de crescimento adotado por países como a Índia e a China. No entanto, revelam que as

* Artigo recebido em 17 jan. 2007.

** As autoras agradecem à estagiária em Economia Cristiane Fumegalli a eficiência na elaboração de gráficos e tabelas.

condições internacionais foram favoráveis à adoção de políticas macroeconômicas menos ortodoxas e menos alinhadas ao receituário do FMI. A China, por exemplo, mantém as entradas e as saídas de capitais sob controle, e a Índia vem ocupando nichos tecnológicos que favorecem as exportações de alto valor agregado.

De fato, o desempenho industrial depende, cada vez mais, de variáveis macroeconômicas, que, como se viu, foram desfavoráveis à expansão da indústria brasileira. Esses mesmos determinantes influenciaram, embora de maneira diferente, os resultados de todos os estados brasileiros. O foco principal da presente análise é a indústria gaúcha, cujas especificidades conduziram a resultados ainda inferiores à média nacional e aos alcançados pelos demais estados brasileiros.

Neste artigo, os breves comentários sobre a economia mundial e sobre a política macroeconômica servem de parâmetro para a análise do desempenho da indústria brasileira e, em seguida, para a análise do desempenho da indústria gaúcha.

O desempenho da indústria brasileira

As taxas de crescimento registradas pela indústria situaram-se em níveis muito aquém dos esperados e prometidos pelas autoridades econômicas. O contraponto entre a indústria de transformação brasileira e a de outros países com grau de desenvolvimento semelhante também evidencia menor dinamismo. Enquanto a indústria de transformação brasileira, em novembro — mês de seu melhor desempenho —, cresceu 4,0% em relação a igual mês de 2005 (IBGE/PIM-PF), as indústrias de transformação da Argentina e da Tailândia, por exemplo, cresceram em torno de 8,0% (Sequência..., 2007, p. 1).

Esse comportamento decepcionante, que não permitiu ao Brasil aproveitar os bons ventos do mercado mundial, esteve relacionado sobremaneira a variáveis macroeconômicas, onde a taxa de câmbio e as taxas de juros assumiram o papel central.

O Gráfico 1 descreve a evolução da indústria brasileira no período 2005-06, com base em taxas mensais, acumuladas mês a mês, em relação a igual período do ano anterior. A análise da evolução da curva representativa da indústria de transformação permite constatar que vem ocorrendo uma desaceleração lenta e gradual desde o primeiro mês considerado. A comparação da indústria de transformação com a indústria geral

revela que ambas possuem uma trajetória idêntica, sendo que os indicadores referentes a esta última são um pouco superiores aos da indústria de transformação, graças aos resultados da extrativa mineral, que também compõe a taxa de crescimento da indústria geral. No acumulado jan.-nov./2006, a indústria de transformação registrou uma taxa de crescimento de 2,81% contra 2,74% em igual período do ano anterior, e a indústria geral, de 3,05% e 3,07% respectivamente. Em outras palavras, o desempenho industrial brasileiro apresentou uma trajetória de crescimento pouco expressiva em 2006, chegando aos meses de outubro e novembro com um comportamento levemente mais acelerado.

A comparação das curvas analisadas com a trajetória da indústria extrativa mineral permite verificar o diferencial positivo para esta última. Esse comportamento contribui para reforçar a hipótese da especialização da indústria brasileira em *commodities*, que vem sendo sinalizada, por vários autores, desde os anos 90. Tal ordenação da dinâmica de crescimento é bastante preocupante para um país considerado emergente, que possui uma matriz industrial diversificada, com vários nichos produtivos tecnologicamente avançados e que pode regredir a situações de competitividade bastante inferiores. Conforme Laplane (apud Pinheiro, 2006, p. 30), “[...] os desenvolvidos claramente são os fornecedores de serviços globais. Os asiáticos, especialistas em manufaturas. Devemos nos conformar em ser meramente produtores e exportadores de bens primários?”.

A evolução do crescimento industrial brasileiro pode ser melhor compreendida a partir do desempenho das atividades industriais por categoria de uso, cada uma com suas particularidades e mercados distintos. As indústrias de bens de capital e de bens intermediários têm como principal estímulo a demanda interindustrial, porém a expansão da primeira é mais dependente das condições internas de financiamento, enquanto a produção de insumos se liga cada vez mais, ao mercado internacional de *commodities*. A produção de bens de consumo durável, por sua vez, relaciona-se com as condições de crédito, sendo que a indústria de semiduráveis e não duráveis depende do nível de consumo da população.

A comparação entre as categorias de uso apresentadas na Tabela 1 revela que, no acumulado jan.-nov./2006, em relação a igual período de 2005, o melhor desempenho coube aos bens de consumo duráveis, seguidos por bens de capital. A indústria de semiduráveis e não duráveis coloca-se em terceiro lugar, e, por último, a de bens intermediários.

No período analisado (jan.-nov./2006), a indústria de bens de capital cresceu 5,73%, respondendo ao relativo aquecimento do mercado interno. É importante lembrar que esse crescimento não indica retomada dos investimentos, visto que a capacidade instalada da indústria de transformação continuava ociosa. As informações referentes aos bens de capital por segmento revelam que a maior taxa foi obtida pela indústria de equipamentos para energia elétrica (26,8% até novembro), o que está relacionado especificamente aos investimentos realizados nessa área, cujas projeções são de continuidade do crescimento para 2007. Cabe ainda se ressaltar o resultado da produção de equipamentos para construção, que também esteve bastante aquecida, a partir da metade do ano, devido à redução gradual das taxas de juros e à ampliação da oferta de crédito para aquisição de imóveis. Além disso, a demanda por esses equipamentos também indica investimentos em infraestrutura, onde se destacaram os investimentos públicos na recuperação de estradas, durante o ano de 2006.

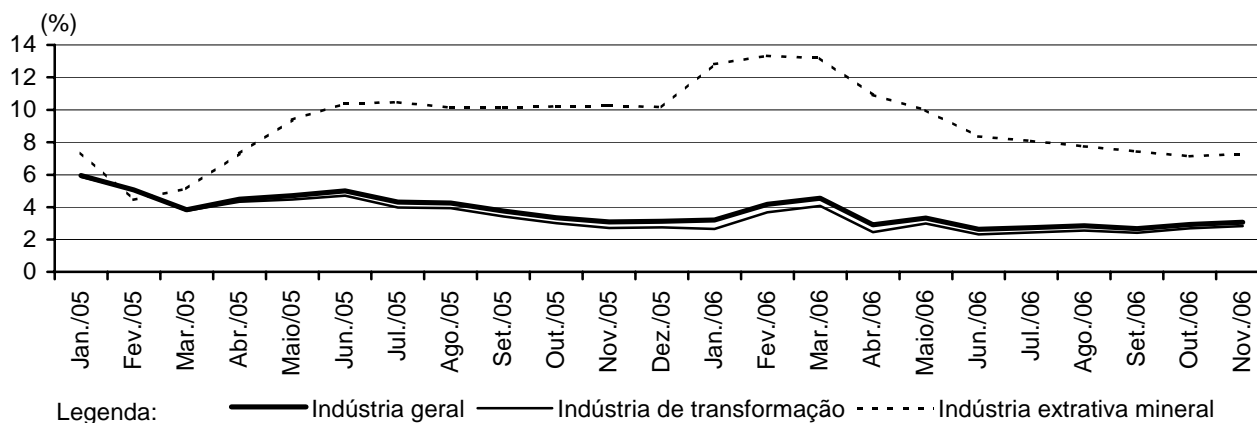
A indústria de bens de consumo como um todo foi favorecida pelo aquecimento do mercado interno, que apoiou o crescimento da indústria de bens duráveis, estimulando também alguns segmentos da indústria de bens de consumo não duráveis. Contribuíram para o quadro geral de aumento do consumo interno alguns programas sociais, como o Bolsa-Família, e o aumento do salário mínimo em percentuais superiores aos

verificados anteriormente, que atuaram sobre uma faixa de renda de elevada propensão marginal a consumir. Os bens de consumo duráveis, por sua vez, foram beneficiados principalmente pela redução, ainda que leve, das taxas de juros e pela ampla utilização do crédito consignado.

Finalmente, deve-se analisar a indústria de bens intermediários, que obteve a menor taxa de crescimento por categorias de uso: 2,10% no período jan.-nov./06, em relação a igual período de 2005. A respeito desse setor, é importante ressaltar-se que a entrada da China no mercado da indústria siderúrgica, um dos principais insumos produzidos no País, vem ameaçando as exportações brasileiras de aço. Outro exemplo significativo refere-se à produção nacional de máquinas para escritório e equipamentos de informática, que, no mês de novembro, cresceu 52,8% em relação a novembro de 2005, segundo o IBGE. Esse segmento industrial utiliza cerca de 90% de componentes importados (Rosa; Borges, 2006), o que se reflete sobre os resultados da indústria de bens intermediários. De forma geral, o que se verifica é que a atual relação cambial levou a indústria brasileira a optar por insumos importados, o que se manifestou na fraca produção de bens intermediários em 2006. Em contrapartida, ocorreram a ampliação da exportação de insumos advindos da atividade extrativa e a redução da produção dos insumos de maior valor agregado, cujo exemplo mais expressivo é a queda da produção da indústria siderúrgica (IBGE, 2007).

Gráfico 1

Taxas de crescimento acumuladas no ano da produção física da indústria no Brasil — jan./05-nov./06



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Tabela 1

Taxas de crescimento acumuladas da produção física industrial, por categorias de uso, no Brasil — jan./05-nov./06

(%)

MESES	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	BENS DE CONSUMO	BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	BENS SEMIDURÁVEIS E NÃO DURÁVEIS
Jan./05	18,92	7,46	7,77	20,78	4,78
Fev./05	18,08	7,16	8,53	22,02	5,41
Mar./05	14,72	6,50	7,60	19,61	4,75
Abr./05	12,92	6,36	7,92	19,20	5,21
Mai./05	10,96	5,95	8,29	19,10	5,65
Jun./05	9,15	5,28	8,24	18,41	5,72
Jul./05	6,83	4,22	7,94	17,38	5,56
Ago./05	4,83	3,30	7,68	15,71	5,61
Set./05	4,23	2,65	6,98	14,12	5,12
Out./05	3,93	2,17	6,97	13,46	5,27
Nov./05	3,93	1,48	6,33	11,56	4,94
Dez./05	3,57	0,94	6,00	11,42	4,56
Jan./06	3,55	0,85	5,64	12,53	3,82
Fev./06	4,22	0,95	5,67	12,29	3,89
Mar./06	5,10	1,23	5,94	12,13	4,26
Abr./06	4,86	0,79	4,94	10,62	3,40
Mai./06	5,05	0,89	4,58	9,50	3,22
Jun./06	4,13	0,60	3,72	7,16	2,76
Jul./06	5,12	1,05	3,54	6,20	2,80
Ago./06	5,40	1,30	2,98	5,56	2,26
Set./06	4,82	1,46	3,24	5,96	2,47
Out./06	5,50	1,67	3,70	6,77	2,83
Nov./06	5,73	2,10	3,87	7,29	2,89

FONTE: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Desempenho da indústria gaúcha

O ano de 2006, à semelhança de seu predecessor, não foi favorável à indústria gaúcha. Segundo dados da **Produção Física Industrial** do IBGE, a indústria de transformação teve um decréscimo de 2,16%, o que pode ser considerado relativamente melhor do que em 2005, quando a queda foi de 3,81% (Prod. Fís. Industr., 2007) — Tabela 2.

Entretanto é inegável a gravidade do efeito cumulativo de taxas negativas, trazendo conseqüências danosas e dificultando ainda mais a criação de condições para uma retomada do crescimento. Em que pesem

fatores de ordem macroeconômica, cabe lembrar que algumas especificidades da matriz industrial¹ do Estado podem engendrar situações particularmente difíceis para a economia gaúcha.

Ao se cotejar o desempenho da indústria gaúcha com o de outros estados de estrutura semelhante — resguardando-se suas singularidades —, observa-se que o RS foi o que menos cresceu. Assim, no acumulado jan.-nov./2006, comparado com o mesmo intervalo em 2005, Minas Gerais cresceu 3,78%; Santa Catarina,

¹ Dentre elas, podem-se citar a predominância de indústrias de baixa e média intensidades tecnológicas, a forte ligação com a agropecuária e a presença de atividades com importante inserção no comércio internacional.

0,37%; e o Paraná, -1,94%, lembrando que a mesma taxa, para o Brasil, foi de 2,81% (IBGE/PIM-PF).

Para melhor se avaliarem tanto as causas como as conseqüências do desempenho da indústria em relação ao conjunto da economia, deve-se levar em conta a representatividade da indústria na estrutura econômica do Estado, tendo em vista as necessárias inter-relações entre as atividades. Segundo os dados definitivos mais recentes, que se referem ao ano de 2004 (FEE, 2007), a indústria participa com 42,66% do VAB-RS; a agricultura, com 16,34%; e os serviços, com 41%. O percentual da indústria integra as atividades extrativa mineral, de transformação, de eletricidade, de gás e água e construção civil.

A presente análise trata especialmente da indústria de transformação, razão pela qual se passa a trabalhar com uma abertura maior dessa atividade, o que permite esboçar seu perfil estrutural. Para tanto, tomam-se dois indicadores: produção (Valor da Transformação Industrial (VTI), conforme a PIA-IBGE) e emprego (RAIS-MTE). A Tabela 3 resume os resultados obtidos.

Pode-se, então, considerar que os 10 setores arrolados na Tabela 3 são representativos da indústria de transformação do RS, na medida em que a soma deles resulta num percentual superior a 80%, seja considerando-se o critério da produção, seja o do emprego industrial. É o desempenho desses setores que, em grande medida, dá a tônica ao conjunto da indústria de transformação estadual, como se vê a seguir.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, a análise aponta como principais responsáveis pela taxa negativa da indústria, em 2006, os seguintes setores: máquinas e equipamentos (-17,43%), produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos (-10,97%), calçados e artigos de couro (-8,53%) e fumo (-7,30%). Além do fato de as taxas negativas serem elevadas, esses quatro setores, juntos, contribuem com 34% do VTI e empregam 43% da mão-de-obra industrial do Estado, o que pode evidenciar, sob um outro ângulo, o impacto desse desempenho desfavorável.

No que respeita ao setor de máquinas e equipamentos, seu comportamento é “puxado” pelo segmento de máquinas agrícolas, cuja produção vem experimentando dificuldades desde 2005, quando caiu 19,26%. Em 2006, a situação manteve-se negativa, embora em grau menor (-17,43%). Sensível às vicissitudes do agronegócio, esse gênero industrial sofreu muito com a queda dos preços internacionais dos grãos, bem como com as estiagens de 2004 e 2005, tendo ambos os fatores contribuído para a queda na rentabilidade do setor. Com a conseqüente descapitalização dos

produtores rurais — que se alia ao problema do endividamento destes —, o mercado interno para máquinas agrícolas viu-se restringido. Por outro lado, o câmbio valorizado prejudicou as exportações desses equipamentos, contribuindo também para o mau desempenho do setor.² Durante a Expointer 2006, o volume de máquinas e implementos agrícolas comercializados foi 37% inferior ao registrado no ano anterior, sobretudo para os equipamentos de grande porte, especialmente concebidos para as lavouras extensivas de grãos (Comercialização..., 2006, p. 7).

As principais indústrias de máquinas agrícolas situadas no RS tomaram medidas para evitar o aprofundamento dos prejuízos, dentre elas, a demissão de empregados e a concessão de férias coletivas. Em 2006, o emprego decresceu 13,63% entre janeiro e novembro, conforme dados do MTE/Caged, sendo que o desemprego foi particularmente acentuado entre os meses de março e outubro.

Face a esse quadro de dificuldades, alguns segmentos do setor procuraram alternativas na diversificação de produtos, como fabricar tratores de baixa potência e de menor porte, adaptados às pequenas propriedades (para viticultores, dentre outros). Já outras empresas direcionaram-se à produção de equipamentos pulverizadores, que, por serem de uso mais generalizado nas lavouras, permitem contra-arrestar a queda nas vendas dos equipamentos exclusivos para a lavoura de grãos.

O segmento produtor de máquinas e equipamentos para a produção de leite parece representar uma alternativa no RS, tendo em vista o acentuado dinamismo dos investimentos na produção de laticínios. Nesse contexto, os produtores de leite deverão adaptar-se aos requisitos de controle de qualidade no fornecimento da matéria-prima para as empresas, o que certamente exigirá a aquisição de novos equipamentos para ordenha e armazenamento de leite, a renovação de sistemas de medição e resfriamento, dentre outros.

O segundo setor da indústria gaúcha que contribuiu negativamente para o desempenho anual foi o de produtos de metal, onde se inclui o segmento produtor de artigos de cutelaria, serralheria e ferramentas manuais. As vendas ao mercado externo têm grande representatividade; por isso, o desempenho do setor sofreu o impacto da valorização do real frente ao dólar, que, ao desestimular as exportações, reduziu os níveis de produção.

² A análise das exportações é efetuada no artigo **As Exportações Gaúchas em 2006: crescimento apesar das dificuldades** desta revista.

O setor produtor de calçados e artigos de couro, por seu turno, é o terceiro elemento responsável pelo fraco desempenho da indústria gaúcha. Maior empregador da indústria, com mais de 27% da mão-de-obra, constitui-se num dos setores mais importantes da economia do Estado. Seu desempenho, em 2006, foi pior do que no ano anterior, com taxas negativas de 8,53% e 5,05% respectivamente, conforme a Tabela 2. Esses dados refletem o aprofundamento da crise que o setor vem enfrentado desde a abertura econômica, nos anos 90. Mais recentemente, a hegemonia da China no mercado internacional, como produtora de calçados de menor preço, deixou os produtores gaúchos em maus lençóis, tendo em vista que estes não conseguem alcançar os padrões de competitividade do “gigante asiático”. Deve-se considerar que a taxa de câmbio valorizada teve influência decisiva nesse movimento.

A indústria do fumo, que teve um desempenho negativo em 2005 (-3,99% no período jan.-nov.), seguiu nessa trajetória em 2006, apresentando uma taxa de -7,30% no mesmo intervalo. O aprofundamento da crise por que passa o setor está ligado à queda da rentabilidade das exportações, em função da valorização cambial. O Brasil é o maior produtor e o maior exportador de tabaco do mundo, sendo que a Região Sul contribui com 96% da produção nacional. Do total da produção brasileira, 85% são destinados à exportação, segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Além da questão cambial, outros fatores são apontados por analistas para explicar as dificuldades do setor, como reajustes de preço que não acompanham os custos, oferta abundante e demanda limitada, até mesmo o clima influenciou na qualidade da matéria-prima, em razão da falta de chuvas na época do plantio e do excesso de umidade na colheita, em algumas regiões.

Apesar das dificuldades apontadas, algumas atividades da indústria gaúcha tiveram desempenho positivo, como se pode constatar na Tabela 2. Tal é o caso das indústrias de bebidas (8,47%), de veículos automotores (5,85%), de alimentos (5,52%), de borracha e plástico (5,32%), de mobiliário (4,40%) e de celulose e papel (4,12%). O conjunto desses setores representa aproximadamente 35% do total da indústria de transformação, tanto pelo VTI como pelo emprego. Isso mostra que os setores direcionados ao mercado interno (bens de consumo final e bens intermediários) têm papel significativo na indústria gaúcha, tendo “segurado” a queda da taxa global da indústria em 2006.

Assim, a indústria de produtos alimentares apresentou uma expansão considerável, sobretudo se comparada com a do ano anterior. A taxa de crescimento passou de

3,86% em 2005 para 5,52% em 2006. Esse desempenho altamente positivo tem efeitos importantes na economia do Estado, não somente pelo alto contingente de mão-de-obra que emprega (16,28%, incluindo bebidas), como também pelo fato de ser uma atividade relativamente bem distribuída no território, contribuindo para o dinamismo das economias locais.

A conjuntura do setor, em 2006, foi atingida por oscilações do mercado internacional, afetando, sobretudo, a exportação de carne de frango, por conta do temor da contaminação pela gripe aviária, oriunda de países da Europa e da Ásia. No decorrer do primeiro trimestre do ano, com a queda nas exportações, houve um aumento da oferta no mercado interno, ocasionando uma queda nos preços, que — aliada à elevação do poder aquisitivo da população — provocou um aumento do consumo da carne de frango. As exportações foram retomadas no decorrer do segundo semestre.

Outro segmento da indústria alimentar que merece relevo é o de laticínios, que vem apresentando particular dinamismo. A ampliação de instalações e a criação de estabelecimentos em diversos municípios gaúchos testemunham essa tendência, trazendo efeitos a montante e a jusante para a economia gaúcha. Ao mesmo tempo em que se estimula a produção de leite, amplia-se a demanda por máquinas e equipamentos especializados, por embalagens, por transporte, etc.

O maior crescimento na produção física, em 2006, deu-se no gênero bebidas, cuja taxa foi de 8,47%. Se se considera que, no ano anterior, essa taxa foi negativa em aproximadamente 2%, é forçoso constatar que o crescimento recente, mais do que uma retomada, expressa uma reversão de desempenho.

Contribuiu bastante para isso a ampliação do mercado de cerveja, impulsionado, na metade do ano, pela Copa do Mundo e por um inverno de temperaturas amenas. Ademais, os produtores passaram a investir pesadamente em cervejas diferenciadas, tipo *premium*, que conquistaram consumidores um pouco mais exigentes. O mercado de refrigerantes e de águas minerais expandiu-se também, em 2006, na esteira do evento futebolístico mundial, do clima favorável e da referida ampliação do poder aquisitivo da população. Outro segmento que contribuiu para o dinamismo do gênero bebidas foi o de espumantes, dos quais o RS é o produtor por excelência no contexto nacional. Houve um crescimento de quase 30% no período jan.-out./06, segundo a União Brasileira de Vitivinicultores (Uvibra) (Venda..., 2006, p. 3). O aumento do consumo do chamado “champanhe” deve-se à mudança de hábitos do consu-

midor, que passou a fazer uso da bebida em qualquer época do ano.

A fabricação de veículos automotores, que inclui reboques e carrocerias, apresentou um crescimento de 5,85%, conforme a Tabela 2. Esse desempenho foi sustentado pelas vendas de automóveis no mercado interno, tendo em vista o condicionante da taxa de câmbio valorizada, que provocou um recuo nas exportações. A diminuição gradativa da taxa básica de juros e a ampliação dos prazos de financiamento foram fatores que asseguraram o crescimento das vendas no mercado doméstico. Em especial no que concerne à produção de carrocerias de ônibus, observa-se que, por se tratarem de grandes empresas com atuação internacional sedimentada, o efeito do câmbio não comprometeu diretamente seu desempenho. Pelo fato de essas empresas terem unidades em diversas partes do mun-

do, sua flexibilidade estratégica permite driblar constrangimentos macroeconômicos nacionais. Na perspectiva do mercado doméstico, o segundo semestre trouxe, através do “apagão aéreo”, um novo estímulo à produção de ônibus para viagens interestaduais, o que poderá melhorar ainda mais o desempenho do segmento.

A *performance* do setor moveleiro, durante o ano de 2006, mostra a franca recuperação da produção, tendo atingido um crescimento de 4,4% no acumulado jan.-nov. Essa indústria conta com grandes empresas voltadas à exportação, mas também com grande número de pequenas e médias empresas, cuja produção se dirige ao mercado interno. Como já foi referido por diversas vezes nesta análise, a ampliação do poder aquisitivo da população, juntamente com as facilidades de crédito, estimulou o consumo desse tipo de bem.

Tabela 2

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria, por setores e atividades, no Rio Grande do Sul — jan.-nov. 2005/06

(%)

SETORES E ATIVIDADES	2005				2006			
	Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Nov.	Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Nov.
Indústria geral	-3,40	-3,15	-3,46	-3,81	-1,68	-3,86	-2,99	-2,16
Indústria de transformação	-3,40	-3,15	-3,46	-3,81	-1,68	-3,86	-2,99	-2,16
Alimentos	7,92	5,32	2,58	3,86	5,42	4,42	5,96	5,52
Bebidas.....	3,06	-3,29	-2,00	-1,96	9,83	6,05	6,81	8,47
Fumo.....	-22,70	-5,80	-4,46	-3,99	7,74	-9,20	-8,21	-7,30
Calçados e artigos de couro	4,71	4,97	-0,80	-5,05	-2,43	-9,03	-8,51	-8,53
Celulose, papel e produtos de papel ...	0,35	-0,76	1,47	-1,34	4,03	4,23	6,20	4,12
Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,32	2,51	2,65	2,35	-2,09	-6,78	-2,88	-2,47
Refino de petróleo e álcool	-10,03	-5,21	3,19	4,97	-3,84	-7,86	-6,14	-2,99
Outros produtos químicos	-5,65	-5,71	-5,91	-5,85	-3,00	-2,25	-0,86	0,78
Borracha e plástico	-8,93	-7,74	-8,07	-7,21	5,18	4,74	4,67	5,32
Metalurgia básica	2,18	-1,29	-4,04	-4,66	-2,56	0,63	-0,35	-0,51
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	16,23	5,93	0,57	-0,51	-11,62	-10,32	-11,35	-10,97
Máquinas e equipamentos	-16,55	-19,96	-19,21	-19,26	-16,06	-18,20	-18,43	-17,43
Veículos automotores	-2,70	-2,61	-2,29	-2,28	-0,30	3,64	3,78	5,85
Mobiliário	-13,73	-12,29	-10,46	-10,14	-4,26	1,63	3,11	4,40

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

NOTA: Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Tabela 3

Estrutura da indústria de transformação, com base no Valor da Transformação Industrial (VTI) e no emprego, do Rio Grande do Sul — 2003

(%)

SETORES DE ATIVIDADE	VTI (1)	EMPREGO (2)
Produtos alimentícios e bebidas	16,77	16,28
Couros, artefatos de couro e calçados	14,17	27,24
Produtos químicos	13,32	2,91
Máquinas e equipamentos	10,46	7,83
Veículos automotores, reboques e carrocerias	8,26	4,86
Produtos do fumo	5,33	1,04
Produtos de metal — exceto máquinas e equipamentos	4,31	6,91
Artigos de borracha e plástico	3,91	5,67
Móveis e indústrias diversas	3,78	6,85
Metalurgia básica	3,29	2,28
Subtotal	83,60	81,87
Demais setores	16,40	18,12
TOTAL	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
RAIS-MTE.

NOTA: Os dados são do ano de 2003, em função do VTI mais recente possível.

(1) Segundo a PIA-IBGE. (2) Segundo a RAIS-MTE.

Considerações finais

O contexto internacional favorável aos países emergentes não foi suficiente para acelerar o crescimento da indústria brasileira, que chegou ao final de 2006 com resultados muito modestos, principalmente se comparados aos de outros países com características semelhantes. Esse parâmetro internacional demonstra que os obstáculos se encontram, sobretudo, nas determinações da política macroeconômica brasileira, que pesam sobre a dinâmica interna de crescimento.

A primeira preocupação que se sobressai da análise dos resultados de 2006 é de que a economia brasileira esteja atravessando, desde o início da década, uma transformação estrutural perversa. Esse processo aparece, em primeiro lugar, na mudança da pauta exportadora, onde começam a predominar produtos de baixo valor agregado e fraco conteúdo tecnológico, frente à perda de participação dos insumos e componentes industriais de alto conteúdo tecnológico. Conforme Coutinho (apud Laplane; Sarti, 2006, p. 275): “[...] a desarticulação das cadeias produtivas e o abandono das atividades mais intensivas em inovação caracterizaram um processo de ‘especialização regressiva’ da produção industrial brasileira”.

Assim, o câmbio valorizado induz o setor produtivo a importar insumos e componentes, e, para gerar a crescente necessidade de divisas, ampliam-se as exportações de *commodities*. Tal dinâmica limita o adensamento do tecido industrial brasileiro e promove efeitos multiplicadores fora do País. Por isso, não surpreendem os resultados pouco satisfatórios do emprego industrial, nem o baixo crescimento do investimento produtivo.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, sujeita, em primeira instância, aos mesmos condicionantes macroeconômicos, obteve um desempenho ainda inferior ao do Brasil, o que pode ser atribuído a algumas das especificidades de sua economia. As ligações da indústria gaúcha com a agropecuária — atividade que enfrentou muitas dificuldades nos últimos anos — trouxeram conseqüências a diversos setores manufatureiros, dentre os quais, destaca-se a indústria de tratores e de máquinas agrícolas. A indústria de calçados, atividade com expressiva participação na produção e no emprego industrial do Estado, intensamente voltada à exportação, foi bastante afetada pelo câmbio desfavorável.

No conjunto, as perspectivas que se esboçam para o ano 2007 se relacionam sobremaneira com as

definições de política econômica e industrial a serem definidas pelas novas gestões, no Estado e no País.

No Rio Grande do Sul, o endividamento do Estado certamente limitará os investimentos públicos, com efeitos inibidores sobre a demanda. Além disso, a sinalização do Governo estadual de estimular investimentos privados na área de produção de madeira é bastante inquietante. Essa política não faria mais do que reforçar a tendência de produção de *commodities* de baixo valor agregado, com efeitos nefastos não apenas para o meio ambiente, mas também para o emprego rural e para a geração interna de novas atividades.

Quanto ao Brasil, se o mercado doméstico cumpriu o seu papel de garantir um crescimento mínimo da indústria de transformação, tal desempenho pode decepcionar em 2007, visto que o reajuste do salário mínimo já foi fixado em níveis inferiores aos de 2005 e de 2006. Também não existe unanimidade, dentro do Governo, quanto à redução das taxas de juros, uma variável determinante na elevação dos investimentos e das vendas a crédito.

Resta saber quais serão os rumos apontados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a ser anunciado pelo Governo Federal.³ O que se espera é que esse conjunto de medidas esteja apto a compatibilizar as políticas macroeconômicas com as metas de crescimento, geração de emprego e distribuição de renda. É bom lembrar que a base do dinamismo econômico de muitos países emergentes tem sido a promoção de políticas de ensino e de aperfeiçoamento da mão-de-obra, bem como de pesquisa e desenvolvimento na área industrial, além de outras medidas não ortodoxas, como o controle do movimento de capitais.

De qualquer maneira, a necessidade de mudanças macroeconômicas é urgente, sob o risco de a primeira década do século XXI vir a se constituir em mais uma década perdida, com efeitos cumulativos que podem se tornar incontornáveis.

Acorrentado, como Prometeu na peça de Ésquilo, pela própria incapacidade de retomar o crescimento industrial, o Brasil desperdiça oportunidades disponíveis num contexto internacional favorável. As oportunidades desperdiçadas nesse período podem ser dimensionadas pelo avanço dos países até não muito tempo comparáveis ao Brasil em termos de estágio de desenvolvimento industrial e tecnológico. (Laplane; Sarti, 2006, p. 272).

³ Observa-se que este texto foi concluído antes do lançamento oficial do PAC, que ocorreu em 22 de janeiro de 2007.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL — AFUBRA. Disponível em: <www.afubra.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2007.

BIANCARELI, A. Países emergentes e ciclos internacionais. **Política Econômica em Foco**, Campinas, UNICAMP, n. 7, p. 86-118, nov. 2005/abr. 2006.

CALANDRO, M. L. O câmbio e a China modelam estratégias dos calçadistas gaúchos. **Carta de Conjuntura FEE**, ano 16, n. 1, jan. 2007.

CASTILHOS, C. C. Contradições e limites da política industrial do Governo Lula. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 55-74, 2005.

COMERCIALIZAÇÃO de máquinas cai 37%. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 7, 4 set. 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: jan. 2007.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

JORNADA, M. I. Emprego formal: o saldo do ano de 2006. **Carta de Conjuntura FEE**, ano 16, n. 1, jan. 2007.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Prometeu acorrentado: O Brasil na indústria mundial no início do século XXI. **Política Econômica em Foco**, Campinas, UNICAMP, n. 7, p. 271-291, nov. 2005/abr. 2006.

PAULANI, L. M. Brasil delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula. In: **A ECONOMIA política da mudança**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.19-38.

PINHEIRO, M. Os riscos estão no ar. **Carta Capital**, São Paulo, v. 12, 24.05.06, p. 30-31.

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

ROSA, J. L.; BORGES, A. Câmbio incentiva renovação de parque. **Valor Econômico**, São Paulo, p. B2, 27 dez. 2006.

SEQÜÊNCIA de expansão, mas ainda sem comemoração. **Carta IEDI**, n. 241, p. 3, jan. 2007.

VENDA de espumantes pode aumentar 30%. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 3, 22 dez. 2006.